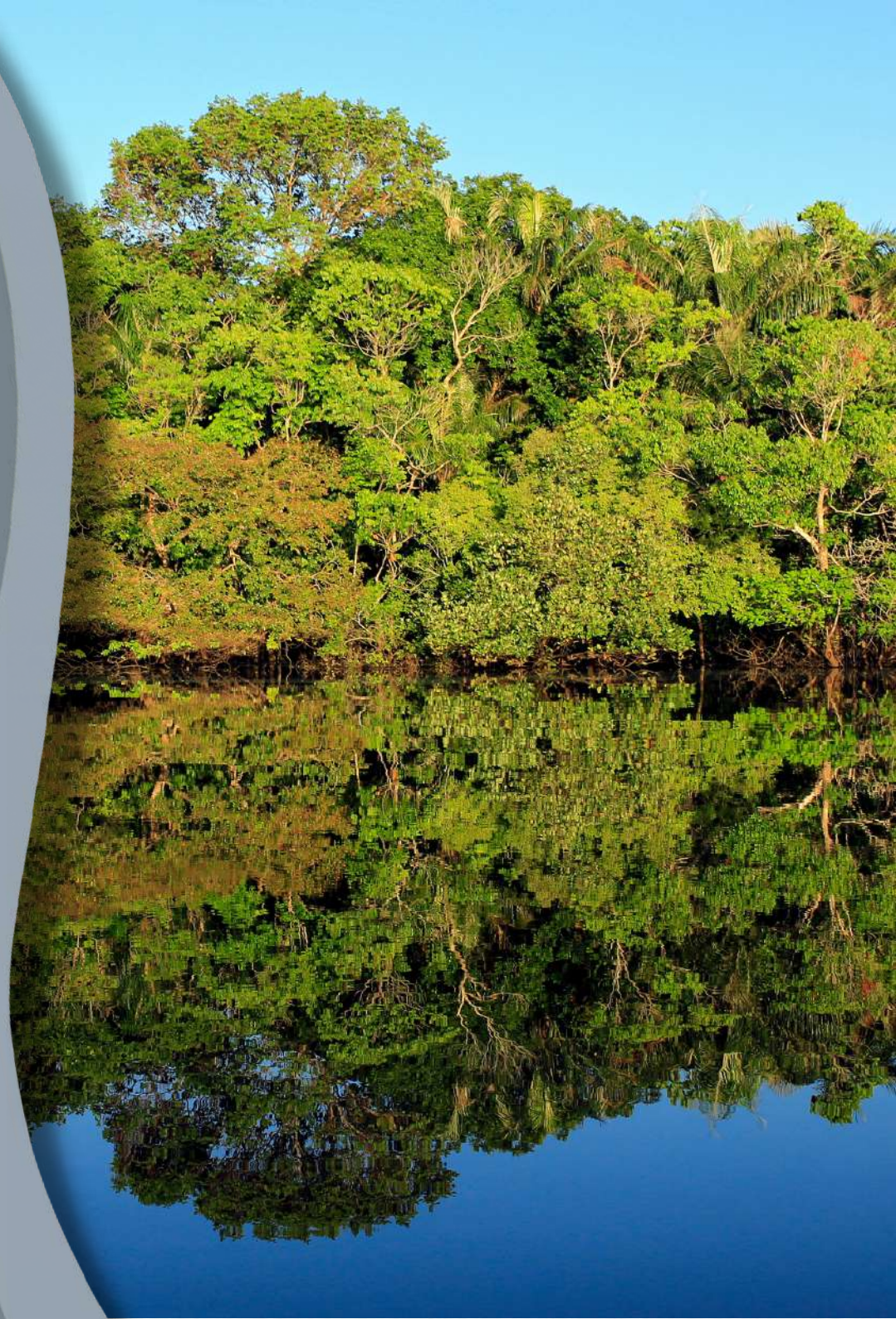


LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS

07/06 a 22/06/2023



APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disto, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver pesquisa para analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.

Este informativo está alinhado com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, bem como forma de promover o acesso público a informação.

PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES EFICAZES



INFORMATIVO DESENVOLVIDO PELO NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS DA SEMAS

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:

Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica e Coordenadora;

Andressa Dourado R. S. de Carvalho - Advogada;

Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;

Daniela da Silva e Silva - Técnico em Gestão de Meio Ambiente/Pedagoga;

Abraão Lucio Feitosa Amaral - Estagiário; e

Kelly Isabel Pereira Pereira - Estagiária.

PERIODICIDADE: QUINZENAL

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do NEL/SEMAS-PA.

Revisão: Daniela da Silva e Kelly Pereira

Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAS

Fotos: Agência Pará

Apoio: ASCOM/SEMAS; Biblioteca/SEMAS

TERMOS DE USO

Este informativo pode ser compartilhada e citada, na íntegra ou em partes, desde que creditada apropriadamente.

CONTATO

Email: nel@semas.pa.gov.br

www.semas.pa.gov.br

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará



ÍNDICE

CARTA AO LEITOR

04

NORMAS FEDERAIS

06

NORMAS ESTADUAIS

12

NORMAS MUNICIPAIS

15

NORMAS EM DESTAQUE

16

FIQUE DE OLHO

18

ESTANTE VIRTUAL

19

LANÇAMENTO

20

SEMAS NA MÍDIA

21

ATUALIZADO EM 22/06/2023



NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS
SEMAS - PA

CARTA AO LEITOR

Nesta edição número 103 do LEGIS SEMAS, no que se refere as publicações legislativas, destaca-se, em âmbito Federal, o **DECRETO Nº 11.561, DE 13 DE JUNHO DE 2023**, que institui a Comissão Nacional para a Coordenação da Presidência do G20 pela República Federativa do Brasil e dispõe sobre as instâncias de governança para a participação da República Federativa do Brasil na presidência e na troika do G20, e a **PORTARIA GM/MMA Nº 516, DE 12 DE JUNHO DE 2023**, que institui o Comitê de Governança Digital - CGD no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA. Seguindo com a agenda ambiental, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, também trouxe a **PORTARIA MMA GM/MMA Nº 553, DE 20 DE JUNHO DE 2023**, que institui Grupo de Trabalho para preparação e organização da Cúpula da Amazônia.

Já na esfera Estadual, destaca-se a **LEI Nº 9.950, DE 21 DE JUNHO DE 2023**, que institui a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e das Atividades das Mulheres Marisqueiras no Estado. Enfatiza-se também o **DECRETO Nº 3.143, DE 13 DE JUNHO DE 2023**, que altera o Decreto Estadual nº 1.944, de 21 de outubro de 2021, que dispõe sobre a criação do Refúgio de Vida Silvestre Rios São Benedito e Azul, nos Municípios de Jacareacanga e Novo Progresso, no território sob jurisdição do Estado do Pará. Nesse delineado, realça-se o **DECRETO DE 14 DE JUNHO DE 2023**, que institui o Comitê Estadual para a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e, por fim, a **PORTARIA SEMAS Nº 1.129, DE 15 DE JUNHO DE 2023**, que homologa o Acordo de Pesca da região do Lago Grande do Curuai, localizado nos municípios de Santarém, Óbidos e Juruti, no estado do Pará.

Na esfera Municipal, destaca-se o **DECRETO Nº 107.443- PMB, DE 12 DE JUNHO DE 2023**, que institui a Comissão Especial de Implantação da Nova Lei de Licitações e Contratos no âmbito do Poder Executivo Municipal.

Na seção "Norma em Destaque", tem-se a publicação, e em âmbito federal, a **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 2 DE JUNHO DE 2023**, que regulamenta o processo administrativo para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e, em âmbito estadual, a **LEI Nº 9.950, DE 21 DE JUNHO DE 2023**, que institui a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e das Atividades das Mulheres Marisqueiras no Estado da Pará.

Na seção "Fique de Olho", divulga-se o "WEBINÁRIO: INOVAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES PARA AS CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS" que será promovido pela Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará (EJPA). Trazemos também o SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DO "DIREITO À MORADIA EM ÁREAS PÚBLICAS: EXPERIÊNCIAS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS EM CASOS DE REMANEJAMENTO" promovido pela Universidade Federal do Pará.

Na seção "Estante Virtual", indica-se a obra "Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa e Segurança da Amazônia", dos autores Jadson Luís Rebelo Porto, Durbens Martins Nascimento e organizadores, lançado pela editora NAEA, em 2013. O livro está disponível para empréstimo e consulta na Biblioteca da SEMAS - SEDE.

Ainda nesta edição, apresentamos de forma inédita, a seção "Lançamento", que traz "A NOVA ECONOMIA DA AMAZÔNIA", relatório que é o resultado da pesquisa desenvolvida pela World Resources Institute (WRI) e apresenta um retrato inédito da economia atual da Amazônia Legal.

Por fim, a seção "SEMAS na Mídia" desta edição, evidência a palestra sobre o "SISTEMA REDD+" que aconteceu no auditório da SEMAS para os servidores. O evento foi proferido pela norte-americana Frances Seymour, cientista e pesquisadora ambiental que atualmente integra o World Resources Institute (WRI).

Boa Leitura!

Equipe Nel



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

FONTE: [HTTPS://WWW.IN.GOV.BR/LEITURAJORNAL](https://www.in.gov.br/leiturajornal)



NORMAS FEDERAIS



LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023 (*). Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 13.334, de 13 de setembro de 2016, 12.897, de 18 de dezembro de 2013, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 9.069, de 29 de junho de 1995, e 10.668, de 14 de maio de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 13.844, de 18 de junho de 2019, 13.901, de 11 de novembro de 2019, 14.261, de 16 de dezembro de 2021, e as Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, e 14.074, de 14 de outubro de 2020.

LEI Nº 14.605 DE 20 DE JUNHO DE 2023. Institui o Dia Nacional da Pessoa com Surdocegueira.

LEI Nº 14.606, DE 20 DE JUNHO DE 2023. Institui o mês de abril como o Mês da Conscientização da Doença de Parkinson e estabelece como seu símbolo a tulipa vermelha.

LEI Nº 14.607, DE 20 DE JUNHO DE 2023. Institui o Dia Nacional da Doença de Huntington.

LEI Nº 14.609, DE 20 DE JUNHO DE 2023. Institui o Dia Nacional do Plantio Direto.

DECRETO Nº 11.556, DE 12 DE JUNHO DE 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

DECRETO Nº 11.562, DE 13 DE JUNHO DE 2023. Institui o Grupo de Trabalho Técnico Sales Pimenta.

DECRETO Nº 11.561, DE 13 DE JUNHO DE 2023. Institui a Comissão Nacional para a Coordenação da Presidência do G20 pela República Federativa do Brasil e dispõe sobre as instâncias de governança para a participação da República Federativa do Brasil na presidência e na troika do G20.

DECRETO Nº 11.558, DE 13 DE JUNHO DE 2023. Dispõe sobre o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas.

DECRETO Nº 11.574, DE 20 DE JUNHO DE 2023. Altera o Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019, que dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados.

DECRETO Nº 11.572, DE 20 DE JUNHO DE 2023. Institui o Comitê Interministerial da Política Pública de Juventude.

DECRETO Nº 11.575, DE 21 DE JUNHO DE 2023. Altera o Decreto nº 11.405, de 30 de janeiro de 2023, para dispor sobre a atuação do Ministério da Defesa no enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e no combate ao garimpo ilegal no território Yanomami.



NORMAS FEDERAIS



INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7 GABIN/ICMBIO, DE 19 JUNHO DE 2023. Estabelece normas gerais e procedimentos para a realização da atividade de voo livre em unidades de conservação federais (Processo 02070.005240/2020-54).

INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA/IBAMA Nº 14, DE 12 DE MAIO DE 2023. Institui o Plano Macrorregional de Gestão de Impactos Sinérgicos das Atividades Marítimas de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA/IBAMA Nº 19, DE 2 DE JUNHO DE 2023. Regulamenta o processo administrativo para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

RESOLUÇÃO CPPI Nº 274, DE 21 DE JUNHO DE 2023. Recomenda a qualificação de projetos e empreendimentos públicos federais do setor de energia no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI.

RESOLUÇÃO GECEX Nº 484, DE 16 DE JUNHO DE 2023. Prorroga direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado às importações brasileiras de cordoalhas de aço de alto teor de carbono, de alta resistência mecânica, de 3 ou 7 fios, de baixa relaxação, ou simplesmente cordoalhas de aço, originárias da China.

PORTARIA INCRA Nº 101, DE 29 DE MAIO DE 2023. Retifica área de Projeto de Assentamento.

PORTARIA ICMBIO Nº 1.907, DE 2 DE JUNHO DE 2023. Modifica a composição do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Maracanã no estado do Pará (Processo nº 02122.010498/2016-33).

PORTARIA ICMBIO Nº 1.909, DE 2 DE JUNHO DE 2023. Modifica a composição do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Rio Xingu no estado do Pará (Processo nº 02121.000798/2018-86).

PORTARIA MDHC Nº 352, DE 7 DE JUNHO DE 2023. Institui o Fórum Permanente de Gestores de Direitos Humanos.

PORTARIA ICMBIO Nº 1.941, DE 5 DE JUNHO DE 2023. Modifica a composição do Conselho Consultivo da Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo no estado do Pará.

PORTARIA ICMBIO Nº 1.953, DE 6 DE JUNHO DE 2023. Modifica a composição do Conselho Consultivo da Floresta Nacional do Trairão no estado do Pará.

PORTARIA ICMBIO Nº 1.962, DE 6 DE JUNHO DE 2023. Modifica a composição do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra do Pardo no estado do Pará.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA ICMBIO Nº 1.961, DE 6 DE JUNHO DE 2023.

Modifica a composição do Conselho Consultivo da Floresta Nacional do Jamanxim no estado do Pará.

PORTARIA GM/MMA Nº 516, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

Institui o Comitê de Governança Digital - CGD no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA.

PORTARIA SPA/MAPA Nº 289, DE 13 DE JUNHO DE 2023.

Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do Feijão Caupi no estado do Pará, ano-safra 2023/2024.

PORTARIA MIDR Nº 1.936, DE 14 DE JUNHO DE 2023.

Regulamenta os requisitos e os procedimentos para aprovação e acompanhamento de projetos de investimento considerados como prioritários na área de infraestrutura para o setor de irrigação, para efeito do disposto no Decreto n. 8.874, de 11 de outubro de 2016, e no art. 2º da Lei n. 12.431, de 24 de junho de 2011.

PORTARIA MDS Nº 893, DE 14 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre o repasse emergencial de recursos federais para a oferta de ações socioassistenciais nos municípios que receberam e receberão migrantes e refugiados oriundos de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

PORTARIA MIDR Nº 1.937, DE 14 DE JUNHO DE 2023.

Estabelece o procedimento de aprovação dos projetos de infraestrutura no setor de irrigação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

PORTARIA MIDR Nº 1.927, DE 14 DE JUNHO DE 2023.

Institui a Política de Comunicação Social do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

PORTARIA MDS Nº 892, DE 14 DE JUNHO DE 2023.

Institui o comitê permanente de gênero, raça e diversidade no âmbito do ministério de desenvolvimento e assistência social, família e combate à fome e dá outras providências.

PORTARIA NORMATIVA Nº 66/GM/MME, DE 15 DE JUNHO DE 2023.

Estabelecer as Diretrizes para a realização dos Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existente denominados: Leilão de Energia Existente "A-1", de 2023; e Leilão de Energia Existente "A-2", de 2023.

PORTARIA MAPA Nº 592, DE 15 DE JUNHO DE 2023.

Dispõe sobre o direcionamento e a contratação dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé destinados ao financiamento da cafeicultura, no exercício de 2023 - Ano Safra 2023/2024.



NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MIDR/SNPDC Nº 1.941, DE 15 DE JUNHO DE 2023. Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5º da Portaria n. 3.194, de 15 de dezembro de 2021, constante no processo administrativo n. 59053.004511/2021-61, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Itupiranga - PA, para ações de Defesa Civil até 13/10/2023.

PORTARIA MMA GM/MMA Nº 553, DE 20 DE JUNHO DE 2023. Institui Grupo de Trabalho para preparação e organização da Cúpula da Amazônia.

PORTARIA MS Nº 754, DE 20 DE JUNHO DE 2023. Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

PORTARIA MIDR Nº 1.985, DE 20 DE JUNHO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Breu Branco - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 1.990, DE 20 DE JUNHO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Aurora do Pará - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA MIDR Nº 2.028, DE 21 DE JUNHO DE 2023. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Cametá - PA, para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA SPA/MAPA Nº 318, DE 20 DE JUNHO DE 2023. Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do Milho 2ª Safra no estado do Pará, ano-safra 2023/2024.

PORTARIA CONJUNTA GM/MMA/ICMBIO Nº 525 DE 21 DE JUNHO DE 2023. Institui a Comissão Nacional das Reservas Extrativistas Federais - CONAREX no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade- Instituto Chico Mendes.

PORTARIA MPA Nº 100, DE 21 DE JUNHO DE 2023. Declara encerrada a temporada de pesca da tainha (Mugil liza) para a modalidade de emalhe anilhado no ano de 2023 e dá outras providências.

PORTARIA MDA Nº 17, DE 21 DE JUNHO DE 2023. Institui Grupo de Trabalho com objetivo de propor melhorias à governança fundiária brasileira.



NORMAS FEDERAIS

44 ATOS NORMATIVOS FEDERAIS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS





MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

FONTE: [HTTPS://WWW.IOEPA.COM.BR](https://www.ioepa.com.br)



NORMAS ESTADUAIS



LEI Nº 9.940, DE 6 DE JUNHO DE 2023. Estabelece, no âmbito do Estado do Pará, o programa estadual de atendimento e acompanhamento às pessoas portadoras da Síndrome da Fibromialgia.

LEI Nº 9.944, DE 12 DE JUNHO DE 2023. Dispõe sobre a Política Estadual de Atenção à Gagueira e à Pessoa que Gagueja, no âmbito do Estado do Pará.

LEI Nº 9.945, DE 13 DE JUNHO DE 2023. Dispõe sobre a criação de cota para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar de que trata a Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha) nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra no Estado do Pará.

LEI Nº 9.949, DE 19 DE JUNHO DE 2023. Dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável.

LEI Nº 9.950, DE 21 DE JUNHO DE 2023. Institui a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e das Atividades das Mulheres Marisqueiras no Estado da Pará.

LEI Nº 9.951, DE 21 DE JUNHO DE 2023. Altera a Lei Estadual nº 5.980, de 19 de julho de 1996, que dispõe sobre as entidades qualificadas como Organizações Sociais.

DECRETO Nº 3.140, DE 12 DE JUNHO DE 2023. Regulamenta o Diário Oficial Eletrônico da Secretaria de Estado da Fazenda (DOE/SEFA), instituído pela Lei Estadual nº 9.389, de 16 de dezembro de 2021.

DECRETO Nº 3.143, DE 13 DE JUNHO DE 2023. Altera o Decreto Estadual nº 1.944, de 21 de outubro de 2021, que dispõe sobre a criação do Refúgio de Vida Silvestre Rios São Benedito e Azul, nos Municípios de Jacareacanga e Novo Progresso, no território sob jurisdição do Estado do Pará, e dá outras providências.

DECRETO DE 13 DE JUNHO DE 2023. Nomeia membros para composição do Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA/PA), referente ao biênio de 2023/2025.

DECRETO DE 14 DE JUNHO DE 2023*. Institui o Comitê Estadual para a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

DECRETO DE 14 DE JUNHO DE 2023. Nomeia membros para o Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará (CGFDE).

DECRETO Nº 3.146, DE 14 DE JUNHO DE 2023. Homologa o Decreto nº 134, de 17 de maio de 2023, editado pela Prefeitura Municipal de Terra Santa, em exercício, que declara “situação de emergência”, em virtude de inundações nas áreas daquele Município.

DECRETO Nº 3.149, DE 15 DE JUNHO DE 2023. Cria a Câmara Técnica Interinstitucional de Gestão das Políticas Públicas para as Mulheres, no âmbito do Estado do Pará.



NORMAS ESTADUAIS



PORTARIA SEMAS Nº 1.129, DE 15 DE JUNHO DE 2023.

Homologa o Acordo de Pesca da região do Lago Grande do Curuai, localizado nos municípios de Santarém, Óbidos e Juruti, no estado do Pará.

14 ATOS NORMATIVOS ESTADUAIS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS





MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FONTE: [HTTPS://WWW.IOEPA.COM.BR](https://www.ioepa.com.br)



NORMAS MUNICIPAIS



DECRETO Nº 107.443- PMB, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

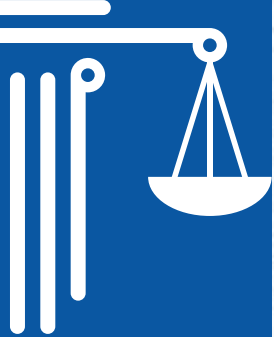
Institui a Comissão Especial de Implantação da Nova Lei de Licitações e Contratos no âmbito do Poder Executivo Municipal.

01 ATO NORMATIVO MUNICIPAL DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS

DECRETO



MONITORAMENTO
LEGISLATIVO - NEL



NORMA EM DESTAQUE

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 2 DE JUNHO DE 2023

Regulamenta o processo administrativo para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Constatada a ocorrência de infração ambiental, o agente ambiental federal designado para a ação fiscalizatória lavrará auto de infração ambiental e termos próprios, por meio dos quais indicará a imposição de sanções e formalizará a aplicação de medidas administrativas cautelares.

Das condutas lesivas ao meio ambiente

As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais, civis e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.



O IBAMA busca, no exercício do seu poder de polícia ambiental e por meio do processo sancionador ambiental, prevenir a prática de ilícitos ambientais, induzindo o comportamento social de conformidade com a legislação ambiental brasileira pela efetiva aplicação de sanções administrativas e medidas administrativas cautelares.



O Ibama, no exercício do seu poder de polícia ambiental, aplicará algumas sanções e medidas administrativas cautelares, dentre as quais destacam-se:

Advertência, multa simples, multa diária e apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, bem como os demais produtos e subprodutos objetos da infração.

NORMA EM DESTAQUE

LEI ESTADUAL Nº 9.950, DE 21 DE JUNHO DE 2023

Institui a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e das Atividades das Mulheres Marisqueiras no Estado da Pará.

OBJETIVO DA POLÍTICA

Promover o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira e marisqueira como forma de promoção de programas de inclusão social, de qualidade de vida das comunidades pesqueiras e marisqueiras, de geração de trabalho, renda e de conservação da biodiversidade aquática.

ORIGEM DO PESCADO E MARISCO



Para efeitos de fiscalização, todos os envolvidos na atividade pesqueira e nas atividades das marisqueiras que atuem na comercialização, transporte e beneficiamento, devem fornecer informações a respeito da origem do pescado e marisco.

MULHER MARISQUEIRA



A mulher que realiza artesanalmente a atividade em manguezais de maneira contínua, autônoma ou em regime de economia familiar, para sustento próprio ou comercialização da produção.

Para acessar a norma na íntegra, clique aqui! 



PRODUÇÕES DO NEL

PORTAL LEGISLATIVO DA SEMAS

FIQUE DE OLHO

Confira as dicas de cursos, palestras, seminários, dentre outros eventos de relevância no âmbito ambiental e administrativo.



WEBINÁRIO: INOVAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES PARA AS CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

A Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará (EJPA), irá promover o WEBINÁRIO com o tema: Inovação da Nova Lei de Licitações para as Contratações Sustentáveis. Tendo como palestrante o senhor Marcos Weiss Bliacheris - Advogado Geral da União. Gerente de Concessões Florestais e Chefe da Assessoria Jurídica do Serviço Florestal Brasileiro, órgão pertencente ao Ministério do Meio Ambiente. Especialização em Direito do Estado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ambiente e Sustentabilidade pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O webnário irá ocorrer no dia 27/06 das 10h às 12h, com carga horária de 2h.



Inscrições seguem abertas pelo portal da Escola Judicial do dia 21 a 27 de julho.

SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DO DIREITO À MORADIA EM ÁREAS PÚBLICAS: EXPERIÊNCIAS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS EM CASOS DE REMANEJAMENTO

A Universidade Federal do Pará (UFPA) irá promover o SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DO DIREITO À MORADIA EM ÁREAS PÚBLICAS: EXPERIÊNCIAS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS EM CASOS DE REMANEJAMENTO, com a participação da Prosap. O Seminário irá acontecer no dia 23/06 das 09h a 12h. A moradia é um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988. Entretanto, a realidade das moradias é diferente em cada região do Brasil. Na Amazônia as moradias possuem características peculiares desde a conceituação física das casas, o que implica a necessidade de estudos e formatos que atendam as populações locais.



Inscrições iram até o dia 23 de junho de 2023

ESTANTE VIRTUAL

Confira as indicações de livros, documentários, e-books, de interesse dos servidores da SEMAS e da sociedade em geral.



O livro *Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa e Segurança da Amazônia*, examina o processo de transfronteirização - um tema atual - ao Sul e ao Norte do Brasil, na União Europeia e na América do Sul. Os autores e autoras da UNIFAP, UFPA/NAEA e UFRGS superam as interpretações convencionais sobre a integração em cursos em várias partes do globo ao desmistificarem o suposto processo homogêneo da globalização, constituindo uma ferramenta importante para orientar a agenda das pesquisas sobre as mudanças em curso nesses espaços geopolíticos sob a perspectiva da Geografia Política, da Ciência Política e dos Estudos de Defesa. Os papers contidos no livro foram apresentados e debatidos nas Sessões Temáticas do I Seminário Internacional em Defesa e Fronteira na Pan-Amazônia, no I Encontro Amazônico de Estudantes de Defesa e no III Seminário Reforma do Estado e Território, realizados conjuntamente no Hotel Sagres, em Belém, nos dias 25 e 26 de outubro de 2012. O livro traz argumentos interpretados à luz de diferentes disciplinas no campo das chamadas Humanidades, mas convergem para as Forças Armadas, políticas de defesa e questões estratégico-espaciais no âmbito dos Estudos de Defesa. Seu conteúdo é destinado ao público especializado nos temas e àquele mais amplo, interessado nas discussões, e pode ser encontrado na livraria do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA).

DISPONÍVEL PARA EMPRÉSTIMO
NA BIBLIOTECA DA SEMAS



LANÇAMENTO

Estudo desenvolvido pelo WRI Brasil em parceria com 76 especialistas de instituições científicas de diversas regiões do país.



Disponível para download gratuito, na versão em português e inglês, o relatório é o resultado da pesquisa desenvolvida pela World Resources Institute (WRI) e demonstra a combinação de diferentes técnicas e conhecimentos para apresentar um retrato inédito da economia atual da Amazônia Legal, buscando compreender as relações econômicas e ambientais com o restante do Brasil e do mundo.

[PARA ACESSAR O RELATÓRIO, CLIQUE AQUI.](#)



ATUAÇÃO DA SEMAS

O Secretário Adjunto de Gestão e Regularidade Ambiental da SEMAS/PA, Rodolpho Zahluth Bastos, atuou na revisão da obra em destaque.



SEMAS NA MÍDIA

Confira as principais notícias e destaques da atuação da SEMAS.



Pesquisadora norte-americana ministra palestra sobre sistema Redd+ para servidores da Semas



A norte-americana Frances Seymour, cientista e pesquisadora ambiental que atualmente integra o World Resources Institute (WRI) como uma das principais autoridades mundiais da área de pesquisa em desenvolvimento sustentável, ministrou uma palestra para servidores da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (Semas) que atuam na formação do sistema jurisdicional de Redd+ no Pará, nesta terça-feira (20), no auditório da secretaria.

Na ocasião, ela apresentou instrumentos e informações sobre integração das políticas estaduais ao contexto global da política climática para proporcionar suporte técnico e desenvolvimento de capacidades dos funcionários da Semas. O objetivo foi auxiliar a equipe da Secretaria a desenvolver estrutura jurídica e a regulamentação para a implementação da política de Redd+ no Pará.



Fonte: SEMAS E AGÊNCIA PARÁ

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE



GOVERNO DO
PARÁ

Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br